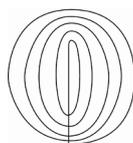


DINÂMICA COGNITIVA

EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Dinâmica Cognitiva
Copyright © 2014 do autor
Ludovic Soutif

Todos os direitos reservados

Resumo

No presente artigo faço a revisão crítica de algumas entre as mais expressivas tentativas de resolver o chamado ‘problema da dinâmica cognitiva’. De acordo com Kaplan (1989) – que é responsável pelo próprio apelido, a questão que se coloca é: o que significa dizer de uma pessoa que expressou uma crença particular num determinado contexto de proferimento que ela reteve ou mudou de crença fora desse contexto? E caso ajustes (linguísticos, psicológicos) sejam necessários para manter a relação com o conteúdo semântico original, quais são nossas intuições a respeito de casos em que um sujeito cognitivamente saudável perdeu temporariamente a noção do tempo e/ou a capacidade de rastrear objetos no espaço? Exploro diversas respostas a essas perguntas com o intuito de dizer se elas conseguem acomodar os fatos (semânticos, epistêmicos, cognitivos) aí envolvidos.

Palavras-chave

Dinâmica cognitiva, indexicais, caracteres linguístico e doxástico, pensamentos fregeanos dinâmicos, crenças desligadas.

Abstract

.

Keywords

.

Dinâmica Cognitiva

Inicialmente mero tópico de semântica filosófica, a dinâmica cognitiva virou objeto de estudo interdisciplinar na interface entre ciências cognitivas (inteligência artificial, teoria dos sistemas dinâmicos aplicados à cognição), lógica filosófica (as chamadas ‘lógicas doxásticas dinâmicas’), semântica filosófica e filosofia da mente. Nessas áreas estuda-se de diversos pontos de vista fenômenos significativos tais como a mudança (contração, expansão, revisão), substituição e manutenção de crenças e demais atitudes, com o intuito quer seja de proporcionar um modelo (empírico, formal) da racionalidade de suas ocorrências ou mais fundamentalmente de investigar as condições em que podem ocorrer. Fala-se em *dinâmica*, pois os fenômenos estudados podem ser considerados resultados de *atividades* da parte do sujeito. Por exemplo, o fenômeno da mudança num determinado sistema de crenças pode ser visto como resultado de atividades inferenciais realizadas pelo sujeito raciocinador¹; o da manutenção no tempo de crenças indexicais como resultado de atividades (linguísticas, mentais) de ajuste a alterações contextuais². Fala-se ainda em *dinâmica cognitiva*, pois tais atividades envolvem o exercício de habilidades cognitivas tais como as de raciocinar, atualizar suas crenças diante de novas informações ou de novos dados comprobatórios, reter e armazenar informações, rastrear objetos no espaço e no tempo, projetar-se mentalmente no passado e no futuro, etc.

Embora haja diversos problemas ligados à ocorrência desses fenômenos, o chamado ‘problema da dinâmica cognitiva’ diz respeito à referência das expressões indexicais e à dinâmica das atitudes voltadas para sentenças em que ocorre ao menos um indexical. É desse problema, e apenas desse, que se trata no presente artigo, uma vez que os demais problemas pressupõem a resolução do mesmo. No que segue, não farei essa assunção, pois não existe, creio eu, uma solução plenamente satisfatória, ainda menos definitiva, ao problema. Por

¹ Cf. Forrest (1986: 2; 32-47).

² Para este e demais sentidos de ‘dinâmico’, ver Dokic (2001: 2-3). Encontra-se em Dokic 1996 a formulação de um princípio, bastante intuitivo, de *atividade* para qualquer teoria adequada da dinâmica dos pensamentos deícticos.

isso, limitar-me-ei a fazer uma revisão crítica de algumas entre as mais expressivas tentativas teóricas de resolvê-lo.

1 O problema

Como havia sido dito, aquilo que é conhecido na literatura como o problema, ou ainda, o problema *central* da dinâmica cognitiva diz respeito a uma determinada classe de expressões referenciais. Coloca-se antes de tudo para atitudes voltadas para conteúdos (chamados quer seja de ‘proposições’ ou ‘pensamentos’) na expressão dos quais ocorrem indexicais. Indexicais são termos cujo valor semântico depende *essencialmente* de algumas características relevantes do contexto de proferimento e muda à medida em que o próprio contexto muda. Exemplos de tais termos são os pronomes ‘eu’, ‘você’, ‘isto’, ‘aquilo’ e advérbios como ‘aqui’, ‘alí’, ‘hoje’, ‘ontem’, ‘de agora em diante’, etc³.

Cabe, em primeiro lugar, explicar o(s) motivo(s) de tal restrição no âmbito do problema para chegar, em seguida, à formulação do próprio.

O principal motivo é de cunho pragmático. Parece mais simples ou um menor desafio explicar como se dão a retenção e mudança de atitudes *à medida em que o tempo passa e o sujeito se move no espaço* no caso de conteúdos expressos por sentenças não indexicais do que no caso de conteúdos expressos por sentenças indexicais⁴. Presumivelmente, conteúdos proposicionais expressos por proferimentos de sentenças como ‘no Rio de Janeiro os motoristas de ônibus não costumam parar nos pontos’, ‘em qualquer triângulo retângulo, o quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos’ ou ‘Marco é o mais carioca dos paulistas’ são eternos, ou seja, insensíveis a alterações contextuais. Sendo expressos por sentenças em que ocorrem termos cujo valor semântico não muda com o contexto de proferimento, é relativamente fácil explicar como se dá a retenção de atitude nesse caso: basta a proposição ser idêntica de um contexto para outro para

³ Sobre indexicalidade, ver Ruffino 2014.

⁴ Vale ressaltar que conteúdos *expressos* por sentenças indexicais não precisam *ser* indexicais. O mesmo vale para as atitudes.

que o sujeito permaneça na relação inicial (de crença, por exemplo)⁵. Já no caso de conteúdos expressos por sentenças indexicais como ‘hoje está um belo dia’ o desafio é maior pois o valor semântico assumido pelo indexical no contexto de proferimento inicial não somente muda em novos contextos, mas pode ficar definitivamente perdido.

Outro motivo, ligado ao primeiro, é de cunho epistemológico. Diz respeito ao valor informativo das afirmações feitas em resposta à seguinte pergunta: é possível ter o mesmo pensamento (*i.e.* contemplar o mesmo conteúdo proposicional) fora do contexto de proferimento inicial? Suponha que eu assira sinceramente a sentença: ‘hoje está um belo dia’ no dia d . Pode o conteúdo expresso pela sentença ser contemplado novamente em $d+1, d+2, \dots, d+n$, sendo d definitivamente por trás? Uma diferença notável com as atitudes voltadas para conteúdos expressos por sentenças ‘eternas’ é que existe, naquele caso e não nesse, a possibilidade de uma resposta negativa. Como salienta Evans (1981: 293), a tese de que ‘não é possível ter em d_2 o exato mesmo pensamento do tido em d_1 ’, apesar de ser difícil de sustentar, não é ‘uma proposta nada ridícula’⁶. Por isso, aquilo que a tese afirma não é nada trivial. Já no caso de conteúdos (pensamentos) expressos por sentenças não indexicais, sendo sua identidade dada uma vez por todas – pois insensível a variações contextuais, é trivial dizer que a atitude correspondente *pode* ser retida.

A diferença fica ainda mais óbvia se levarmos em consideração o fato de certas atitudes (e.g. crenças) requererem *necessariamente* o uso de termos indexicais para explicar sua força motivacional⁷. Considere novamente a sentença ‘hoje está um belo dia’ asserida de maneira sincera em d e considere a sentença: ‘24 maio de 2015 foi um belo dia’ asserida no dia seguinte ($d+1$) com a mesma sinceridade, sendo ‘hoje’ e ‘24 maio de 2015’ *ex hypothesi* termos co-referenciais. Existe claramente aqui a possibilidade de não reter a crença expressa no

⁵ O fenômeno da mudança se deixa também facilmente explicar como alteração da disposição do sujeito com relação a um conteúdo imutável.

⁶ Tal tese, ou seja a de que pensamentos associados a sentenças contendo indexicais temporais não podem ser tidos (ou apreendidos) em momentos posteriores, foi discriminada e criticada por Evans sob o apelido de ‘concepção atomista’. Apesar de expor-se a dificuldades insuperáveis, essa tese é perfeitamente respeitável.

⁷ Tais crenças foram chamadas por Perry (1979) de ‘localizadoras’.

dia d , pois falta algo na sua expressão em $d+1$, essencial à crença tal como expressa em d – a saber, uma forma especial de conceber o referente cuja acessibilidade depende da posição ocupada pelo sujeito no tempo – para explicar a diferença de força motivacional com a crença expressa em $d+1$ pelo uso de ‘ontem’.

Tais diferenças levantam a seguinte pergunta a respeito do fenômeno da retenção de crenças indexicais:

O que significa dizer, hoje, que você reteve *aquela* crença [i.e. a crença expressa ontem pela sentença: ‘hoje está um belo dia’]?

E com respeito ao fenômeno da mudança:

O que significa dizer de uma pessoa que, num determinado momento, asseriu sinceramente uma sentença contendo indexicais que ela *mudou* (ou não mudou) *de opinião* em algum momento posterior com relação à sua asserção?

Essas questões foram levantadas pela primeira vez por Kaplan (1989: 537-8) na sua importante monografia sobre demonstrativos (e demais indexicais), sendo o mesmo responsável também pelo próprio apelido ‘dinâmica cognitiva’. De maneira mais precisa, as perguntas foram colocadas por Kaplan em termos de disposição (ou não) a asserir sinceramente sentenças que, necessariamente, apresentam características sintáticas distintas em diferentes contextos de proferimento. A questão que se põe a respeito do exemplo do próprio Kaplan é a seguinte: qual ou quais sentenças a pessoa dever estar disposta a asserir em $d+1$ (e.g. hoje, se o dia de proferimento inicial era ontem) para que se possa dizer que ela reteve ou mudou de postura em relação à crença (indexical) expressa em d ? Em verdade, a pergunta se coloca para qualquer espécie de indexical, não apenas para indexicais temporais⁸.

É importante, contudo, não confundir nessa formulação a pergunta com o *problema* posto por Kaplan *para* a dinâmica cognitiva de crenças indexicais. A pergunta é apenas parte de um problema que só surge ao se contemplar, por um lado, uma possível resposta e, por

⁸ Uma formulação mais geral da questão que valha para qualquer espécie de expressão indexical se encontra em Branquinho 1999.

outro, intuições do senso comum a respeito da estrutura cognitiva de certos sujeitos.

Se nenhum ajuste linguístico for realizado – se ficarmos no novo contexto de proferimento com as palavras do contexto inicial, diferentemente do que ocorre no caso de sentenças “eternas”, o conteúdo expresso muda só pelo fato do referente ser outro no novo contexto. Por exemplo, se ficarmos com a palavra ‘hoje’ em $d+1$, o indexical passa, então, a referir a $d+1$ – e não a d , como no proferimento inicial. Isso porque o significado linguístico (em termos kaplanianos, o “caráter”) da palavra ‘hoje’, apesar de não mudar de um contexto de proferimento para outro – ‘hoje’ segue referindo em cada contexto ao dia em que a sentença foi proferida –, refere em cada contexto a um objeto (dia) diferente. Por isso, Kaplan (1989: 537-8) afirma não somente que “parece insatisfatório apenas acreditar no mesmo conteúdo sob qualquer velho caráter”, mas ainda que “*não se pode* acreditar nesse conteúdo sob o mesmo caráter”. Por outro lado, não é o caso que qualquer ajuste no novo contexto valha retenção da crença indexical original. Há, claro, ajustes linguísticos que preservam no novo contexto a crença expressa no contexto inicial sem preservar, no entanto, a sensibilidade contextual característica das crenças indexicais. Por exemplo, se ‘hoje’ for substituído no novo contexto por uma determinada data (e.g. ‘24 maio de 2015’) que refira ao mesmo dia⁹. Isso indica que o ajuste apropriado é um ajuste em que o indexical original é trocado no novo contexto não somente por outro indexical, mas por um indexical escolhido dentro de uma gama relevante de indexicais. Além disso, o novo indexical precisa ser relacionado com o indexical original de forma especial. Por exemplo, uma sugestão bastante natural é a de que ‘hoje’ precisa ser trocado no novo contexto não somente por um indexical temporal, mas ainda por um determinado indexical temporal relacionado com ele de forma especial. Caso o contexto inicial de proferimento seja o dia anterior, a troca só pode ser feita usando em $d+1$ a palavra ‘ontem’. Na terminologia de Kaplan, quer dizer que o conteúdo da crença, para ser retido em novos contextos, precisa ser contemplado sob uma sequência apropriada de caracteres, a saber, os normalmente

⁹ Sobre essa possibilidade, ver Recanati (1997: 42-3) e Perry 1986.

associados aos indexicais relacionados com o indexical original de forma especial (ou canônica).

O problema é que tal sugestão, apesar de ser natural, não bate com nossas intuições a respeito de casos em que um sujeito cognitivamente saudável perdeu temporariamente a noção do tempo – caso os indexicais sejam da espécie temporal – ou não rastreou a posição dos objetos visuais no espaço – caso sejam da espécie espacial ou perceptual. Considere o caso de Rip Van Winkle, o famoso personagem do conto de Washington Irving. Quando acorda vinte anos após ter caído num sono profundo – durante o qual a Guerra de Independência Americana ocorreu – e resolve realizar o ajuste linguístico necessário, acontece que o indexical que ele está disposto a usar, por não ter se dado conta de que vinte anos tinham passado, é aquilo relacionado de forma especial ao indexical ‘hoje’, ou seja ‘ontem’. Porém, por ter errado na sua apreensão dos contextos, não se pode dizer de Rip que ele *tem retido* a crença original, uma vez que (de acordo com a sugestão acima) a retenção requer que o indexical seja ajustado no novo contexto de tal modo que o conteúdo da crença fique preservado. Ocorre que Rip não preservou o conteúdo original ao usar o indexical ‘ontem’ no dia em que acordou, pois ‘ontem’ refere nesse caso não ao dia em que adormeceu e, sim, ao dia anterior ao dia em que acordou. Por outro lado, temos a forte intuição de que Rip reteve, sim, alguma coisa da crença original, já por estar, no dia em que acordou, na mesma disposição do dia em que adormeceu: da mesma forma que ele estava disposto a aceitar a sentença indexical inicial, ele está disposto agora a aceitar a nova sentença indexical relacionada com a primeira de forma especial. O problema, do modo como Kaplan o coloca, portanto, é o seguinte: será que uma teoria da dinâmica cognitiva envolvida na retenção e mudança de crença (e demais atitudes) indexicais consegue acomodar tal fato, além de acomodar fatos a respeito da necessidade de troca de indexicais de acordo nossa apreensão (correta) das mudanças temporais (e espaciais)?

Vale ressaltar que o próprio Kaplan não soluciona o problema, embora ache sua aproximação “no fundo, correta (*basically correct*)”. O que ele faz, no final, é mostrar que diante dos fatos acima destacados uma aproximação nos moldes de Frege seria especialmente problemática. Cabe, então, ver como o próprio Frege e as teorias de cunho fregeano lidam com o problema.

2 Frege e teorias de cunho fregeano

Kaplan se inspirou para a formulação de, ao menos, *parte* do problema numa observação de Frege a respeito da necessidade de trocar de indexicais nas sentenças asseridas em novos contextos. Por ser uma possível resposta à pergunta levantada por Kaplan – sobre a forma *sintética* a ser assumida pelas sentenças asseridas nos novos contextos, a observação de Frege pode ser e, de fato, tem sido interpretada como uma tentativa de resolução do problema da dinâmica cognitiva. Caso fosse verdade, o problema posto por Kaplan para tal resposta deveria ser entendido, então, como uma refutação (*i.e.* uma espécie de *reductio ad absurdum*) da posição de Frege. Isso pressupõe, claro, que o problema se coloque de alguma forma para Frege; como se ele tivesse olhado para os casos em questão com o intuito de proporcionar uma verdadeira solução.

Isto é duvidoso por diversos motivos. Primeiro, o interesse de Frege pelas expressões indexicais parece relativamente marginal em comparação a seu interesse pelas sentenças não indexicais. Isso porque as sentenças mais interessantes para ele são sentenças que expressam pensamentos eternos (como o pensamento expresso pelo teorema de Pitágoras formulado acima) e que, além disso, são eternamente verdadeiros ou falsos. Segundo, o fenômeno da indexicalidade apontado por Frege em alguns trechos da sua obra parece mais um obstáculo do que um auxílio para o erguimento de uma ciência demonstrativa ou, pelo menos, um sinal de imperfeição das linguagens naturais e da necessidade de substituí-las por uma linguagem artificial em que não se associasse a cada expressão mais de *um* sentido¹⁰.

Isso pode levantar a suspeita de que Frege não tenha, em verdade, enxergado problema nenhum na necessidade de trocar de indexicais, pois a questão de saber se um pensamento qualquer pode ou não pode ser contemplado fora do contexto de proferimento inicial nem se coloca para ele, sendo a resposta perfeitamente trivial – uma vez feitas, claro, as devidas alterações. Como lembra Ruffino (2007: 227):

A sugestão acima [*i.e.* a observação citada abaixo] não foi, na verdade, proporcionada por Frege com o intuito de resolver o problema da con-

¹⁰ Cf. Frege (1892: 132, nota de rodapé 14).

tinuidade de crença, já que o problema não se coloca para ele. O ponto da observação de Frege é simplesmente que alguns ajustes são necessários para expressar proposições (fregeanas) eternas usando termos indexicais, sendo tais proposições eternas, para ele, os objetos da crença.

Sendo os conteúdos (*i.e.* as proposições) objetos das crenças e demais atitudes, inclusive indexicais, eterno(a)s para Frege, não há, estritamente falando, *problema* em explicar como se dão a retenção e a mudança de atitude(s) no tempo e no espaço. A retenção se dá simplesmente pela identidade *atemporal* do conteúdo e a mudança pela troca de postura epistêmica com relação a um conteúdo *per se* imutável.

Apesar de ser, creio eu, correta do ponto de vista histórico, tal interpretação tem consequências indesejáveis do ponto de vista conceitual, pois nessa interpretação a indexicalidade se torna um fenômeno linguístico superficial que não interfere no próprio conteúdo. Que essa seja a concepção do próprio Frege, de acordo com certa maneira de entender o que ele tem para dizer sobre indexicais, é pouco duvidoso e pode ser inferido da sua famosa observação.

Se alguém quiser dizer hoje o mesmo hoje que expressou ontem usando a palavra ‘hoje’, terá que substituir esta palavra por ‘ontem’. *Embora o pensamento seja o mesmo*, sua expressão verbal tem que ser diferente, para que seja compensada a mudança do sentido que, de outro modo, ocorreria devido à diferença de tempo do proferimento. Dá-se o mesmo com palavras como ‘aqui’ e ‘ali’. (Frege 1918-1919: 20, grifos meus)

Existe, contudo, outra maneira de entender isso. Talvez a forma alternativa não bata com o espírito do projeto logicista, mas é certamente consoante a outras observações de Frege acerca do papel desempenhado por elementos do contexto de proferimento na individuação dos conteúdos. Vale ressaltar que a citação foi recortada de uma sequência de observações em que o autor salienta o seguinte fato: às vezes, quando indexicais ocorrem na expressão do pensamento, a mera ocorrência dos termos não é suficiente para garantir a expressão, portanto, a compreensão de um determinado conteúdo. É preciso ainda levar em consideração elementos não linguísticos do contexto como indicações temporais, espaciais ou ainda atos de ostensão – dependendo, claro, do tipo de indexical empregado: temporal, espacial, deítico, etc.

Há duas maneiras de entender isto e, da sua parte, Frege parece oscilar entre duas opções teóricas: 1. Ou isso quer dizer que qualquer diferença (temporal, espacial, etc.) no contexto de proferimento afeta a *expressão* do conteúdo (pensamento) sem afetar o próprio conteúdo. Conforme ressaltado pelo próprio Frege, caso elementos do contexto de proferimento não sejam levados em consideração, “o mero enunciado verbal (...) não é a *expressão completa* do pensamento” (Frege 1918-1919: 20, grifos meus). Ou seja, o problema diz respeito apenas à expressão, não ao conteúdo expresso, que por sua vez fica inalterado de contexto a contexto. 2. Ou isso quer dizer que as mudanças contextuais interferem, sim, na identidade do conteúdo no seguinte sentido: a cada contexto seria associado um sentido diferente, sendo o mesmo individualizado não somente pela possibilidade de tomar sem irracionalidade posturas epistêmicas antagônicas com relação a ele, mas por mudanças no próprio contexto de proferimento. A respeito do uso do indexical ‘eu’, Frege observa na sequência: “O mesmo enunciado que encerre a palavra ‘eu’ expressará, quando proferido por diferentes pessoas, *diferentes pensamentos*, alguns dos quais poderão ser verdadeiros, e outros, falsos” (Frege 1918-1919: 20, grifos meus). A primeira opção certamente tem maior probabilidade de estar de acordo com o espírito do projeto logicista e, além disso, com a concepção fregeana de pensamentos em geral – segundo a qual esses são compostos por sentidos imutáveis, sendo os mesmos igualmente imutáveis. Contudo, tal opção constitui um problema para a própria doutrina fregeana, pois como a concepção eternalista de pensamentos consegue conviver com a ideia (encarnada pela segunda opção) de que “indexicais expressam um número indefinido de sentidos diferentes em contextos diferentes” (Ruffino 2007: 220)?

Na verdade, esse não é um problema apenas para Frege, mas para qualquer teoria que negue que o fenômeno da indexicalidade seja algo mais do que um fenômeno puramente linguístico. Se não houvesse *conteúdos* e *crenças* indexicais, o problema, claro, nem se colocaria. Mas acontece que há e que o problema precisa, portanto, ser resolvido. A questão que se põe, então, nessa altura é: quais são as chances de uma teoria de cunho fregeano norteadas pela segunda opção de proporcionar uma solução aceitável ao problema da dinâmica cognitiva?

Um motivo de achar que as chances são, na verdade, baixas diz respeito ao uso pelas teorias de cunho fregeano do chamado ‘Critério Intuitivo de Diferença’ (Evans 1982: 18) aplicado aos pensamentos expressos por (proferimentos de) sentenças indexicais. O critério é o seguinte:

<CID> Sejam S e S' duas sentenças sintaticamente distintas em que ocorrem termos singulares co-referenciais concatenados ao mesmo predicado – e.g. ‘Donostia tem a maior concentração de restaurantes três estrelas Michelin da Espanha’ e ‘São Sebastião tem a maior concentração de restaurantes três estrelas Michelin da Espanha’, sendo ‘Donostia’ e ‘São Sebastião’ termos co-referenciais. Se for possível para uma pessoa que entende S e S' adotar, sem irracionalidade, posturas epistêmicas antagônicas com relação a elas; por exemplo, aceitar S e recusar ou abster-se de aceitar S' , temos que os sentidos (pensamentos) expressos por S e S' são diferentes.

Acontece que <CID>, conforme ressaltado por Evans (1982: 21), só vale para atitudes epistêmicas tomadas *simultaneamente* pelo sujeito com relação ao(s) conteúdo(s) expresso(s) por S e S' . Das duas uma, então: ou <CID>, sendo *sincrónico*, é julgado como está inaplicável a conteúdos cuja identidade é sensível a mudanças temporais – tipicamente, conteúdos expressos por proferimentos de sentenças contendo indexicais temporais; ou, então, ele se aplica, sim, mas apenas sob a condição de proporcionar um critério *diacrónico independente* de identidade do conteúdo¹¹. Naquele caso, uma maneira de lidar com a inaplicabilidade do critério seria mudar de concepção de conteúdo (*i.e.* de proposição ou pensamento). Já nesse, as perspectivas de solução nos moldes de uma teoria de cunho fregeano parecem melhores. Mas isto precisa ser averiguado. Iniciarei, a seguir, pela primeira opção.

3 Caráter, conteúdo, aceitação de texto e proposição acreditada

As teorias de cunho fregeano não satisfazem, enquanto não houver critério diacrónico de identidade disponível, uma condição necessá-

¹¹ Cf. Dokic (1997: 4); Luntley (1997: 82; 89-90).

ria para que se possa falar em reter ou mudar de atitude com relação ao conteúdo expresso pela sentença indexical inicial: o conteúdo tem de ser o *mesmo*¹². Para Frege e as teorias inspiradas na sua semântica bipartida, sendo conteúdos (pensamentos) apenas compostos por sentidos, o conteúdo expresso pelo proferimento ‘hoje está um belo dia’ não pode ser o mesmo do proferimento ‘ontem foi um belo dia’, pois de acordo com essas concepções a cada uso particular de um indexical num determinado contexto é associado um sentido diferente dos sentidos associados ao mesmo indexical em outros contextos¹³.

Uma maneira para uma teoria alternativa da dinâmica cognitiva das crenças (e demais atitudes) indexicais de satisfazer a condição de identidade do conteúdo é mudar de concepção de proposição. Frege e fregeanos só admitem como possíveis constituintes da proposição (na terminologia de Frege, do “pensamento”) sentidos, ou seja modos de apresentação que servem ao mesmo tempo como modos de determinação do referente do termo singular. O referente não é, na concepção de Frege, um constituinte da proposição (do pensamento). Por isso, ainda que os indexicais (temporais) em ‘hoje está um belo dia’ e ‘ontem foi um belo dia’ sejam co-referenciais, o pensamento expresso pelos proferimentos não é, e não pode ser, o mesmo. Suponha que tenhamos boas razões, no caso de indexicais, de defender uma concepção *russelliana*, ao invés de *fregeana*, de proposição segundo a qual o próprio indivíduo referido pelo termo singular (em posição de sujeito gramatical da sentença) é um constituinte da proposição expressa pela sentença enquanto todo, segue-se que os proferimentos acima mencionados, apesar da diferença de flexão verbal, expressam o mesmo conteúdo. Logo, uma teoria de proposição de cunho russelliano tem, ao que parece, maior probabilidade de satis-

¹² Intuições a esse respeito, claro, podem variar. Perry (1980b) menciona Pendlebury (1980, 1982) como exemplo de filósofo para o qual a identidade do conteúdo (semântico externo) não é, intuitivamente, uma condição necessária para a continuidade de crença. Basta haver continuidade interna (ao próprio sujeito). Porém, é difícil negar que tal condição seja necessária para teorias de continuidade não puramente internalistas.

¹³ Dado que duas ocorrências em diferentes contextos de um mesmo indexical (e.g. ‘hoje’) têm sentidos diferentes para Frege, presumivelmente duas ocorrências de tipos diferentes de indexicais (e.g. ‘hoje’ e ‘ontem’) também.

fazer a condição necessária acima mencionada do que uma teoria de proposição de cunho fregeano.

Por outro lado, não basta para uma teoria aceitável da dinâmica das crenças (e demais atitudes) indexicais satisfazer tal condição. Seu poder explicativo deve ser tal que permita dar conta da possibilidade de duas atitudes voltadas para o mesmo conteúdo terem valores cognitivos diferentes para o sujeito. Conforme ressaltado anteriormente, crenças expressas em contextos diferentes por sentenças em que ocorrem termos singulares co-referencias como ‘hoje’ e ‘24 maio de 2015’, concatenados ao mesmo predicado – *modulo* a diferença de flexão verbal, embora expressem a mesma proposição russelliana, têm valores cognitivos diferentes, pois levando o sujeito a realizar tipos diferentes de ação. Caso o dia fosse caracterizado por sua data, a crença expressa certamente não teria a força motivacional da crença em que o sujeito se dá conta que o dia referido é o dia anterior ao *atual* dia de proferimento – e não apenas o dia 24 de maio de 2015.

O mesmo vale para sentenças em que ocorrem dois indexicais (um em cada uma), proferidas em diferentes ocasiões. Um exemplo do próprio Kaplan talvez permita melhor entender isto. Suponha que eu assira, e acredite, (n)a sentença: (i) ‘as calças *dele* (apontando para o reflexo, na janela, de uma pessoa) estão pegando fogo’. Suponha ainda que, alguns instantes depois, me dando conta do que o reflexo é meu, eu assira com sinceridade a sentença: (ii) ‘*minhas* calças estão pegando fogo’. Por fim, achando que eu estava errado, volto mais tarde a asserir e acreditar (i). (i) e (ii), claro, expressam em contextos sucessivos a mesma proposição russelliana (i.e. singular) composta *inter alia* pelo próprio indivíduo – no caso, *eu*. Para que isso seja verdade, temos ainda que assumir que *eu* seja, de fato, ele ainda que eu não me dê conta desse fato em ambos os proferimentos de (i). A questão que se põe, então, é a seguinte: será que uma teoria que contemplasse apenas a identidade do conteúdo (singular) expresso em (i) e (ii) conseguiria explicar as mudanças *cognitivas* que de fato ocorreram de (i) a (i) *via* (ii)? A resposta é, claro, negativa. Pois, do ponto de vista do conteúdo semântico expresso nada ocorreu: a proposição russelliana simplesmente permaneceu a mesma. No entanto, temos a forte intuição de que algo importante ocorreu do ponto de vista cognitivo, já por existir uma diferença cognitiva importante entre crenças na terceira pessoa – expressas por ambos os proferimentos

de (i) – e na primeira pessoa – expressa pelo proferimento de (ii). Nesse caso, não naqueles, o tipo de ação realizado envolveria algo tal como uma tentativa de apagar o fogo.

Kaplan dá conta da dimensão cognitiva do fenômeno aí envolvido em termos da noção semântica de caráter. Na terminologia de Kaplan, o caráter de uma expressão linguística designa uma espécie de significado às vezes chamada de *significado linguístico*, representado formalmente (no sistema dele) como uma função que mapeia contextos em conteúdos (extensões). O conteúdo é aquilo que o caráter da expressão determina em cada contexto. O caráter de uma expressão indexical (como ‘ele’ ou ‘eu’) é sensível ao contexto de proferimento e retorna um valor semântico diferente para cada contexto, enquanto o caráter de um nome próprio, por exemplo, pode ser representado formalmente como uma função constante que sempre retorna o mesmo valor para cada contexto. Uma descoberta importante de Kaplan é que a noção de caráter, embora seja semântica – pois captando aspectos do significado linguístico das palavras, pode ser usada para explicar a dinâmica cognitiva envolvida no exemplo acima; de maneira mais precisa, a flexibilidade cognitiva do sujeito em passar de um estado mental em que sua identidade pessoal não está engajada a outro estado mental em que está, antes de retroceder a um estado em que ela não está mais. A razão da extrapolação é simples: ao expressar uma condição descritiva a ser satisfeita pela denotação em forma de regra semântica – *e.g.* a regra de que ‘eu’ refere em cada contexto ao agente do contexto, o caráter proporciona uma perspectiva cognitiva sobre a denotação que é naturalmente a do sujeito-agente. Assim, a mesma proposição russelliana contemplada *sob diferentes caracteres* pode ser objeto de atitudes epistêmicas (ou estados mentais de valores cognitivos) diferentes, inclusive antagônicos – se o fenômeno em jogo for o da *mudança* de crença. É desse modo que Kaplan explica, nos moldes da sua própria teoria semântica, a dinâmica cognitiva das atitudes proposicionais indexicais.

O mesmo pode ser colocado nos moldes de uma teoria de crença de dois componentes. Não se deve confundir, na hora de explicar o que estaria envolvido no fato de crer que *p*, o *objeto* da crença, ou seja a proposição singular *p* – expressa *inter alia* pela ocorrência de um indexical, com aquilo em virtude do qual o sujeito crê que *p*. Esse último componente é chamado por Perry (1980a, 1980b) de ‘texto’,

sendo a postura tomada pelo sujeito com relação ao texto chamada por sua vez de ‘aceitação’. Ora, à aceitação de um mesmo texto, à medida em que o tempo passa, podem corresponder, claro, diferentes proposições singulares, e inversamente, a mesma proposição pode ser retida no tempo ao *alterar* o texto aceito conforme os ajustes padrões. Um exemplo do próprio Perry (1980b) dá a entender isso. Suponha que, ao asserir sinceramente: ‘lhe darei cinco reais amanhã’, meu irmão queira induzir em mim a crença de que ganharei cinco reais amanhã. Se no dia seguinte meu irmão ficar repetindo a mesma sentença sem trocar o indexical ‘amanhã’ por ‘hoje’, o texto aceito por mim continua o mesmo. Porém, o objeto da crença não é e não pode ser, pois no segundo proferimento o indexical ‘amanhã’ refere, conforme seu caráter ou ‘papel’ (na terminologia de Perry), ao dia seguinte do dia de proferimento, ou seja, caso a sentença tenha sido proferida no dia 25 de maio de 2015, ao dia 26 de maio de 2015 e não, como no primeiro proferimento, ao dia 25 de maio de 2015. Estou sendo enganado aqui na minha própria expectativa pela não identidade dos dois componentes: o texto ou forma de acreditar (*way of believing*) no conteúdo e o próprio conteúdo da crença, a proposição singular (russelliana) acreditada por mim. Por outro lado, tal concepção de crença aponta na direção de uma análise adequada do fenômeno da retenção – e da manutenção. Uma vez que a manutenção do texto no tempo determina, pela presença nele de um indexical, uma pluralidade de conteúdos singulares acreditados pelo sujeito em diferentes contextos, a análise adequada parece ser a de que a alteração do próprio texto *com o intuito de preservar a identidade do conteúdo singular expresso* é condição necessária e suficiente da retenção de crença indexical. Essa é, em grandes linhas, a tese sustentada por Perry (1980b).

Uma característica notável das teorias de Kaplan e (do primeiro) Perry é o papel desempenhado, na explicação da dinâmica cognitiva envolvida na troca de indexicais, pela noção semântica de *caráter* (*papel*, na terminologia de Perry). Vimos o que possibilita que tal noção desempenhasse tal papel. Contudo, o fato da noção desempenhar *ao mesmo tempo* o papel daquilo que determina semanticamente o referente (em cada contexto) e explica a diferença de atitudes envolvidas na troca de indexicais expõe as teorias bipartidas mencionadas à objeção a seguir. Suponha que Kaplan e (o primeiro) Perry tenham

razão. Se o que eu acabei de dizer é verdade, o caráter dos indexicais ocorridos nos textos deveria ter a mesma significação para ação dos próprios indexicais, pois é, entre outros, a diferença de caráter que explica na teoria deles a diferença de comportamentos-tipos dos agentes. No entanto, é óbvio que isso não ocorre, pois como assinala Recanati (1993: 71), pode ser que a pessoa que crê, conforme o caráter do indexical ‘eu’, que as calças *do agente do contexto* estão pegando fogo não se dê conta de que o agente do contexto é *ela*. Ainda que o texto seja tratado como um componente da crença distinto do objeto acreditado, caberia aqui explicar como um modo de apresentação *linguístico* (o caráter) pode ter a significação para ação de um modo de apresentação *psicológico*.

Outra objeção diz respeito ao estatuto temporal do conteúdo. É óbvio que a proposição singular não pode ser a mesma, na teoria de Kaplan e Perry, a não ser que seja concebida como uma espécie de conteúdo singular atemporal, portanto *estático*, acreditado pelo sujeito em diferentes momentos do tempo¹⁴. Isso porque é preciso satisfazer a condição de identidade do conteúdo na ausência de um critério *diacrônico* (temporal). Dito de outra maneira, o preço a pagar nessas teorias para explicar a dinâmica cognitiva das crenças (e demais atitudes) indexicais é tornar *parte* da atitude, de maneira mais específica seu componente semântico *estático*. Segue-se que não há e não pode haver, nessas teorias, crenças ou pensamentos *plenamente* dinâmicos. Ora, o uso de “indexicais de rastreamento” (Ezcurdia 1997) requer *prima facie* a existência de tais crenças ou pensamentos.

Vejamos a seguir se as perspectivas, com relação à segunda opção teórica destacada no final da seção 2, são melhores.

4 Pensamentos (fregeanos) dinâmicos, formas de pensar e habilidade de rastrear

De acordo com certa maneira de entender as observações de Frege sobre indexicais, pode-se atribuir ao autor de “O pensamento” a concepção de que cada indexical (-tipo) tem diferentes sentidos em diferentes contextos de proferimento. Disso deveria seguir que proferimentos de diferentes indexicais-tipos em diferentes contex-

¹⁴ A suspeita foi levantada por Luntley (1997: 77-8; 96-98).

tos (e.g. o de ‘hoje’ em d e de ‘ontem’ em $d+1$) também expressam sentidos diferentes. Uma vez assumido que mudanças no contexto de proferimento interferem na identidade do conteúdo (sentido), o fato dos indexicais serem idênticos ou diferentes enquanto tipos não importa. Só importa a identidade ou diferença das suas ocorrências particulares no espaço e no tempo.

Porém, Frege afirma explicitamente no trecho citado acima que, apesar das diferenças na expressão verbal, o pensamento expresso – *inter alia* – por ‘hoje’ em d e ‘ontem’ em $d+1$ é *o mesmo*, pois a troca de indexical tem o efeito de compensar (*ausgleichen*, em alemão) a diferença de sentido que, “de outro modo, ocorreria devido a diferença de tempo de proferimento”. Assim, Frege pode ser visto como o primeiro e mais famoso advogado da chamada *Tese do Pensamento Dinâmico* (Ezcurdia 1997: 105), ou seja, da tese segundo a qual os indexicais ‘hoje’ e ‘ontem’ podem ser usados para rastrear *o mesmo pensamento* (temporal) em diferentes momentos de proferimento – os deíticos ‘aqui’ e ‘ali’ o mesmo pensamento perceptual e/ou espacial. Os pensamentos em jogo são dinâmicos, pois só permanecem os mesmos de um contexto de proferimento a outro se algo for *feito* pelo sujeito para se manter na relação com o referente, visto que tal relação fica alterada à medida em que o tempo passa e o sujeito se move no espaço. Usando a famosa metáfora de Evans (1981: 293), quer dizer que “é preciso correr para se manter na posição”. Ou seja, se nada for feito (pelo sujeito) para compensar as mudanças que, de fato, ocorrem e não podem deixar de ocorrer na relação do falante com o referente (do pensador com o objeto), o pensamento expresso pela sentença em que ocorre o indexical ‘ontem’ (em $d+1$) não é e não pode ser o mesmo do expresso pelo indexical ‘hoje’ na sentença: ‘hoje está um belo dia’ proferida em d . O mesmo vale, claro, para os demonstrativos espaciais.

A questão que se coloca, então, é a da natureza dos ajustes necessários para que isso ocorra – *i.e.* para que o pensamento rastreado seja o mesmo. Kaplan e Perry mostraram que, embora necessários, ajustes linguísticos padrões (daquele tipo apontado por Frege) não bastam para a retenção e mudança intencional de crença indexical. É preciso ainda ajustar os modos de apresentação do referente; na terminologia deles, os ‘caráteres’ ou ‘papéis’ das expressões linguísticas correspondentes. No entanto, por não ter distinguido nitidamente

os modos de apresentação psicológicos dos linguísticos, Kaplan e o primeiro Perry falharam em explicar a diferença de significação para ação dos modos psicológicos necessariamente envolvidos na retenção ou mudança intencional de atitude.

Uma teoria mais satisfatória, portanto, da dinâmica cognitiva deve explicar em termos claramente psicológicos, e não somente linguísticos, a retenção e mudança de atitude com relação ao conteúdo. Mas ela deve também levar em consideração o fato de que o próprio conteúdo proposicional muda temporal e espacialmente, dependendo da posição (temporal, espacial) ocupada pelo falante-agente em relação ao objeto referido/pensado¹⁵.

No que segue, intenciono avaliar a probabilidade de uma teoria de cunho fregeano satisfazer tais requisitos e *ao mesmo tempo* resolver o problema formulado por Kaplan. Enfocarei uma versão possível existente de estratégia neo-fregeana: a esboçada por Evans, principalmente em Evans 1981¹⁶.

Talvez uma maneira interessante de apresentá-la seja ver como um advogado da *Tese do Pensamento Dinâmico* (doravante: TPD) como Evans lida com a objeção a seguir¹⁷. Já vimos que há uma diferença de significação para ação, logo de valor cognitivo, entre as sentenças ‘ontem foi um dia chuvoso’ e ‘24 maio de 2015 foi um dia chuvoso’ – sendo ambas proferidas no mesmo dia para se referir ao dia anterior. Dado um conjunto relevante de crenças e desejos de pano de fundo, aquela pode levar o sujeito a realizar um tipo de ação à qual essa não levaria, por exemplo calçar botas de chuva. É só quando o sujeito se dá conta que o dia referido pela data é o dia anterior ao atual dia de proferimento (usando presumivelmente ‘ontem’ no lugar da data) que é levado a agir desse modo – e, claro, existe a possibilidade dele(a) *nunca* se dar conta disso. Ainda vimos que o mesmo

¹⁵ Existe a possibilidade de resgatar a mutabilidade do conteúdo ao negar que os fatores contextuais posicionais sejam partes dele. Perry (2000) tem encarado essa possibilidade. O problema é que isso não está de acordo com nossas intuições a respeito da sensibilidade contextual do próprio conteúdo.

¹⁶ Existem demais versões como, por exemplo, a de Higginbotham & Segal (1994) e Luntley (1997). Encontra-se uma revisão crítica das versões de Evans e Higginbotham em Ezcurdia 1997.

¹⁷ Cf. Prosser (2005: 376-7).

vale quando indexicais ocorrem nas sentenças proferidas em diferentes contextos. Dado um conjunto relevantes de crenças e desejos de pano de fundo, a sentença ‘*hoje* está um dia chuvoso’, proferida em d , pode levar o sujeito a sair de casa com guarda-chuva enquanto a sentença ‘*ontem* foi um dia chuvoso’, proferida em $d+1$, pode levá-lo(a) a *não* usar guarda-chuva – caso o agente ache, por exemplo, que o tempo em $d+1$ melhorou, dado o mesmo conjunto. Isso parece levar à conclusão de que TPD é falsa, pelo menos na sua versão forte, pois o (último) exemplo mostra não somente que os *estados psicológicos* aí envolvidos são diferentes, mas que os *pensamentos* expressos pelas sentenças também são diferentes¹⁸.

Existe, no entanto, uma maneira de vindicar TPD que consiste em apontar no exemplo acima para o uso implícito e não-crítico, pelos opositores da tese, de <CID>. Pois, de onde vem a ideia, à *primeira vista* bastante intuitiva, de que há ou haveria uma diferença nos pensamentos expressos por ‘*hoje* está um dia chuvoso’ e ‘*ontem* foi um dia chuvoso’? Se não houvesse um teste intuitivo para estabelecer a diferença, não faria sentido dizer que ela é, de fato, intuitiva nessas circunstâncias. <CID> proporciona tal teste. Porém, conforme já observado, o teste só vale para atitudes epistêmicas tomadas *simultaneamente* pelo sujeito em relação ao conteúdo. Ou seja, na ausência de um critério diacrônico de identidade de estado e conteúdo, o critério de Frege *como está* é simplesmente inaplicável¹⁹. Como salienta Evans (1981: 292-3):

(...) Para aplicar o critério de diferença nestas circunstâncias é preciso, antes disso, tomar uma decisão sobre o que seria para (um sujeito) S ter em d_2 exatamente o mesmo pensamento do tido ao pensar em d_1 : ‘Hoje está um belo dia’. Visto que sua aplicação requer decisão prévia a esse respeito, o critério de diferença não pode, de modo algum, ser tudo no que diz respeito à identidade e distinção dos pensamentos, e não tem o poder de invalidar a sugestão de Frege.

¹⁸ Prosser (2007: 376) afirma isso explicitamente: “Pelo argumento acima, uma diferença nos indexicais envolve uma diferença nos pensamentos. Consequentemente, a concepção de Frege-Evans não está correta”.

¹⁹ Uma possível saída seria completar o critério de Frege por outros critérios, por exemplo critérios que dizem respeito à perspectiva egocêntrica do pensador e à nossa concepção geral de objetos e do seu poder causal para a continuidade ou discontinuidade da experiência do sujeito. Ver Luntley (1997: 89 ss).

Vale ressaltar que o próprio Evans não proporciona um critério diacrônico *independente* de identidade e diferença. Ela afirma simplesmente que, visto que <CID> não se aplica nessas circunstâncias e que é bastante intuitivo (embora não trivial) afirmar que ambas sentenças expressam o mesmo pensamento em contextos diferentes, TPD não abre espaço para a possibilidade do sujeito tomar sem irracionalidade atitudes antagônicas em relação ao conteúdo. Sendo assim, não somente o pensamento (conteúdo semântico) é o mesmo, mas as atitudes (estados cognitivos) do sujeito também são as mesmas²⁰. São as mesmas, pois TPD impede, por assim dizer, que o contrário ocorra. Evans pode ser suscitado aqui de conformar os dados à teoria ao invés do contrário, sendo o último certamente mais recomendável do ponto de vista metodológico. Mas quais são os dados? Assumindo que as mudanças contextuais (às quais são sujeitos não somente os proferimentos, mas também os próprios agentes na sua relação com o referente) sejam partes deles, a maneira correta explicar os dados é, ao que parece, explicar a identidade das disposições a aceitar ou recusar o conteúdo em diferentes contextos em termos *psicológicos dinâmicos*, ou seja em termos de ajustes a serem realizados nos modos de apresentação psicológicos associados aos indexicais.

É justamente isso que ocorre na teoria de Evans. Ele sustenta e, conforme visto anteriormente, tem boas razões de sustentar o seguinte: para que o pensamento expresso seja o mesmo, o sujeito deve ajustar no novo contexto a *forma de pensar* no referente à forma (sensível a fatores posicionais) de pensar do contexto anterior. Em nosso exemplo, o sujeito teria que pensar em $d+1$ no objeto pensado em d como o dia *corrente* da seguinte forma: o dia *anterior* ao atual dia de proferimento, e não de uma forma insensível à posição presentemente ocupada por ele com relação ao dia referido²¹. Se isso é verdade, quer dizer que é necessário pensar em $d+1$ de *outra* forma no referente para que o pensamento expresso seja o mesmo. Pode até ter parecer um paradoxo, mas não é. Pois, como Frege salienta, o efeito da

²⁰ Uma característica notável das teorias de cunho fregeano é usar o mesmo critério para a individualização das atitudes e do conteúdo. Isto bate de frente com as teorias de cunho russelliano, conforme visto na seção anterior.

²¹ Pode-se até fazer isto. Porém o risco é perder a natureza essencialmente *situada* do pensamento retido.

diferença é anular a diferença causada pelas mudanças contextuais. Neste sentido *dinâmico*, embora as formas de pensar envolvidas no ajuste sejam diferentes, o próprio ajuste resulta na identidade no espaço e no tempo tanto das atitudes epistêmicas quanto do conteúdo. Na visão de Evans, a aceitação de ‘hoje está um belo dia’ em *d* e ‘ontem foi um belo dia’ manifestam a *persistência* no tempo de uma crença indexical particular e expressam, além disso, o mesmo conteúdo (*i.e.* mesma proposição fregeana) em diferentes momentos do tempo.

Uma coisa, no entanto, é a capacidade da teoria acomodar dados linguísticos e psicológicos significativos – a teoria de Evans, creio eu, tem certa capacidade, apesar da relativa falta de independência dos dados, outra dar (boas) razões de endossar a teoria, ou seja dar argumentos a favor de TPD. O argumento esboçado pelo autor de “Understanding Demonstratives” é de cunho holista. É possível colocá-lo da forma a seguir²². *Premissa 1*: De acordo com a concepção atomista, cada item de uma série de pensamentos expressos (*inter alia*) por termos indexicais independe dos outros. Por isso, pode ser contemplado independentemente da capacidade do sujeito contemplar outros itens da série. *Premissa 2*: Uma condição prévia da racionalidade diacrônica é que um pensamento (item) contemplado num determinado momento seja sistematicamente ligado a pensamentos (itens) tidos em momentos anteriores ou posteriores. *Conclusão*: $\neg P_1$. *Justificativa*: se P_2 é verdadeira, como parece razoável afirmar, P_1 e P_2 não podendo ser verdadeiras ao mesmo tempo, P_1 é falsa. Poder-se-ia objetar que o argumento conclui apenas a interdependência e não a identidade dos itens. De fato, a tese holista, cuja verdade se segue da falsidade da tese atomista, afirma que os itens são interconectados e que a capacidade do sujeito de contemplar um item da série depende de uma propensão geral a contemplar os outros itens da série à medida em que o contexto muda. Caso modos de apresentação psicológicos do referente estejam aí envolvidos, o argumento só conclui a interdependência de modos de apresentação *diferentes*, não a identidade dos próprios²³.

Pois bem, é difícil negar que a conclusão seja esta. Porém, como havia sido dito, Evans não nega a presença de modos de apresentação

²² Minha reconstituição está baseada em Prosser (2007: 372-3).

²³ Cf. Prosser (2007: 373).

psicológicos – na terminologia dele, de “formas de pensar” – diferentes associado(a)s aos indexicais ‘hoje’ e ‘ontem’ respectivamente em d e $d+1$. Ele parece apenas sugerir que a identidade temporal das atitudes precisa ser concebida em termos dinâmicos como uma série de movimentos compensatórios em que diferenças anulam outras diferenças – de natureza contextual. É verdade que Evans afirma ainda que é preciso reconhecer a existência de um nível de descrição (do fenômeno) em que faça sentido falar da *mesma* forma de pensar no objeto de um contexto para outro, sendo tal forma igualada à habilidade geral de rastrear objetos. No caso de pensamentos expressos por indexicais temporais, tal habilidade seria a de rastrear dias de acordo com nossa percepção da passagem do tempo. A noção fregeana de sentido apontaria justamente em tal direção:

(...) *A forma de pensar em um objeto em direção à qual a concepção fregeana geral de sentido aponta é, no caso de um pensamento fregeano dinâmico, uma maneira de rastrear o objeto.* Afinal, isto nos permite dizer que um sujeito pensa em d_2 no dia d_1 da *mesma forma* de d_1 , apesar de diferenças de nível inferior, pois os episódios de pensamento em ambos os dias dependem do mesmo exercício da capacidade de rastrear o tempo. (Evans 1981: 295).

Qual a solução de Evans, então, ao problema da dinâmica cognitiva do modo como Kaplan o colocou? Dadas a natureza fregeana da proposta dele e a equação, na teoria dele, entre sentido e habilidade de rastrear (objetos, dias), Evans só pode negar que haja retenção da crença indexical original no caso de Rip. Nas palavras dele:

Não vejo mais estranheza na ideia de que uma pessoa que perdeu a noção do tempo (*who loses track of time*) não pode reter crenças do que na ideia de que uma pessoa que perdeu a trilha de um objeto (*who loses track of an object*) não possa reter as crenças inicialmente formadas a seu respeito. (Evans 1981: 295, nota de rodapé 11)

Acontece que a proposta de Evans acomoda apenas *parte* dos fatos destacados na formulação do problema por Kaplan. Lembre que, em tal formulação, o fato de Rip ter retido alguma coisa da crença original era tão intuitivo quanto o fato dele não ter conseguido preservar o conteúdo da crença – devido à sua apreensão incorreta dos contextos. Por não acomodar aquele fato, a solução do Evans não pode ser considerada satisfatória, sendo ela ao menos parcialmente contra-intuitiva.

5 Crenças desligadas, caracteres doxásticos fixos e retenção

A resposta de Evans (investigada na seção anterior) à pergunta de Kaplan apresenta óbvias limitações. Lembrando, a pergunta de Kaplan era esta: o que significa dizer de uma pessoa que ela *reteve* ou *mudou* de atitude com relação à proposição (singular) expressa no novo contexto por uma sentença indexical sintaticamente distinta – sendo a identidade da proposição *ex hypothesi* sensível ao contexto de proferimento? Resumindo, a resposta de Evans é esta: no que diz respeito ao fenômeno da retenção, significa que a pessoa exerceu em diferentes ocasiões a mesma habilidade geral de rastrear objetos, entendida como habilidade de acompanhar o referente do dêitico na série das suas posições espaciais e o do indexical temporal (e.g. o referente de ‘hoje’) na sucessão dos dias. Porém, o âmbito da noção de retenção parece maior do que o da noção de rastreamento, seja esse perceptual ou temporal. Se não fosse o caso, não faria sentido dizer que, conforme nossas intuições, Rip Van Winkle reteve a crença indexical original embora tenha perdido a noção do tempo. Por não acomodar tal fato, a teoria de Evans não pode ser considerada plenamente satisfatória.

Uma saída talvez fosse apelar à memória ou às lembranças (proposicionais) do sujeito como condição necessária – para a retenção de crença indexical. Desse modo, ainda que Rip não tenha conseguido no novo contexto reter, no sentido de *rastrear temporalmente*, a proposição expressa no contexto inicial pelo uso da palavra ‘ontem’, ele teria, sim, conseguido reter a crença indexical original *tout court* ao *lembrar* como estava o tempo naquele dia²⁴. Ocorre que tal proposta não resolve e, sim, pressupõe a questão a ser resolvida. Em termos kaplanianos, é esta: o que significa dizer que a crença expressa num determinado contexto pelo uso de um indexical foi retida num contexto de proferimento posterior em que o sujeito não está mais ligado epistêmica e pragmaticamente ao objeto referido? Epistemicamente, pois fora do contexto inicial o sujeito não tem a possibilidade de investigar, por exemplo, o dia referido em *d* para obter mais informações (e.g. meteorológicas) sobre ele. A única coisa que pode ser

²⁴ Tal saída foi ensaiada por Branquinho (1999: seção 5) ao colocar um novo princípio chamado ‘Princípio (da) M(emória)’.

feita é investigar suas *lembranças* a respeito do dia, o que é bem diferente; e pragmaticamente, pois ele(a) tem tampouco o poder mudar algo no dia referido²⁵.

Perry 1997 aborda a questão ao discriminar diversos chamados ‘jogos de informação’, destacando o papel desempenhado neles por crenças (e demais atitudes) singulares adquiridas e retidas sob caracteres *fixos*. Um dos propósitos do artigo é, além de introduzir uma noção doxástica (*i.e.* psicológica) de caráter distinta da noção linguística, mostrar que o papel de tais crenças é fundamental não somente para proporcionar uma resposta adequada à pergunta de Kaplan, mas também para resolver o problema posto por sujeitos como Rip à dinâmica de crenças indexicais.

O autor de “Rip Van Winkle and other Characters” discrimina oito jogos de informação (*information games*). Jogos de informações são jogos que envolvem a aquisição, na forma de crenças singulares, de informações sobre objetos particulares e a aplicação a eles das mesmas em contextos de proferimento posteriores. Suponha, por exemplo, que eu tenha tido a oportunidade de conhecer uma pessoa numa festa e que eu tenha adquirido sobre ela (com base no encontro) a crença de que ela é professora da UFRJ. Tal crença pode, por sua vez, explicar meu comportamento para ela: achando que ela é professora da UFRJ, posso ter sido levado a perguntar, por exemplo, o que ela acha da greve geral lançada ultimamente nas universidades federais. O problema é que pode haver em tal jogo um intervalo temporal significativo entre o momento em que a crença foi adquirida e o momento em que a mesma crença foi aplicada ao (mesmo) objeto. Sendo o objeto a respeito do qual informações foram adquiridas a “fonte” e o objeto ao qual se aplicam as informações adquiridas o “*aplicandum*”, o desafio enfrentado por qualquer jogador em tais jogos é fazer com que a fonte seja, de fato, o *aplicandum*.

Há jogos em que o desafio não é tão grande assim, pois o intervalo entre o momento em que a crença singular foi adquirida e o em que foi aplicada é muito curto. São jogos de informação chamados por Perry de ‘diretos (*straight-through*)’. Por exemplo, conheci a pessoa (acima referida) na festa e, logo, pergunto para ela o que ela acha da greve nas universidades federais. Outros jogos de informações, no

²⁵ Ver Perry (1997: 372).

entanto, envolvem intervalos temporais maiores. O jogo chamado por Perry de ‘rastrear (*tracking*)’ é um deles. Mas vale notar que é apenas *um* dos jogos que se podem jogar com o referente de tal modo que a crença original fique *retida* e aplicada em contextos de proferimento posteriores à fonte de informação. O diferencial de tal jogo é requerer o exercício de habilidades cognitivas diferentes da parte do sujeito – a habilidade de *rastrear objetos* no sentido perceptual literal de acompanhar o objeto na série das suas posições, devido ao fato de que o objeto pode ter mudado de papel epistêmico na vida do sujeito(-agente). Por exemplo, minha interlocutora na festa pode ter parado de conversar comigo e passado a ter comigo o papel epistêmico diferente de estar do outro lado da sala, conversando com outras pessoas, etc. Caso eu não tenha perdido o contato visual com ela, pode-se dizer que eu *retive* a crença original, com o intuitivo talvez de voltar a conversar com ela mais tarde para ter uma resposta à minha pergunta. Nesse caso também, o desafio não é muito grande, embora envolva o exercício de habilidades cognitivas mais sofisticadas que simplesmente *olhar*.

Porém – e esse é, creio eu, o ponto da discriminação por Perry dos jogos, o sujeito fica, no jogo de rastreamento, epistêmica e pragmaticamente *ligado* ao objeto referido. Quer dizer que existem ainda no caso técnicas *simples* para obter e juntar informações sobre o objeto referido, por exemplo olhar para a pessoa ou perguntar para ela o que ela acha a respeito de outras coisas. Ainda existem técnicas simples para agir na direção da pessoa: posso, por exemplo, interromper minha conversa com meu novo interlocutor e ir lá, se eu quiser, perguntar para ela o que acha da greve nas universidades federais. Já no terceiro jogo de informação significativamente chamado por Perry ‘desligue-e-reconheça (*detach-and-recognize*)’, não existem tais possibilidades, ou seja técnicas epistêmicas e pragmáticas simples para lidar com o desafio mencionado acima. Por isso, o tipo de habilidade cognitiva requerida por tal jogo é outra: é preciso ser capaz de *reconhecer* a pessoa já encontrada na festa em novos contextos em que se possa encontrar novamente. O mesmo vale para demais jogos de informação a serem jogados pelo sujeito(-agente) ainda que não esteja mais epistêmica e pragmaticamente ligado ao objeto referido: o jogo da memória, chamado por Perry ‘jogo de recordação (*recollection game*)’ e demais jogos como atualizar, inferir, planejar e comunicar.

A grande divisão aqui é entre os dois primeiros ('direto' e 'rastrear') e os demais seis jogos a serem jogados na ausência de uma ligação epistêmica e pragmática forte com o objeto referido. O que marca a transição para outra situação epistêmica e pragmática do sujeito em relação ao objeto referido é o jogo *desligue-e-reconheça*.

É importante, contudo, ressaltar que a crença singular adquirida nos jogos situados do lado da divisão em que o sujeito está desligado fica retida e pode ser aplicada mais tarde à fonte de informação caso o sujeito entre novamente em contato com o objeto²⁶. A questão que se coloca, então, é a seguinte: o que possibilita isto?

Vale notar ainda que no caso de indexicais *temporais*, conforme observado por Perry (1997: 374), "não há análogo direto ao jogo *desligue-e-reconheça*". Isso porque o dia referido no contexto de proferimento inicial, diferentemente de objetos referidos por dêiticos, não pode ser encontrado novamente, logo reconhecido, em novos contextos. Ou seja, o problema fica mais agudo e o desafio maior no caso de crenças singulares temporais. É este: o que possibilita que a mesma crença singular seja retida e aplicada à fonte de informação em novos contextos, sabendo que o objeto referido no contexto inicial possivelmente não será encontrado posteriormente?

A proposta de Perry consiste em destacar o papel desempenhado na retenção de crenças indexicais por crenças (e demais atitudes) singulares *desligadas* adquiridas sob caracteres *fixos* – na terminologia do artigo, 'leais'. A noção de *caráter* aqui em jogo não é a destacada na seção 3 acima. Trata-se de uma noção psicológica definida em termos de papel desempenhado pelo objeto referido em relação a episódios mentais particulares. O objeto referido costuma desempenhar, além de um determinado papel semântico relativo ao proferimento, por exemplo o de proferidor (indexical 'eu') ou de destinatário (uso dêitico do pronome 'ele'), um determinado papel *cognitivo*, por exemplo o de *dono* ou de objeto *lembrado*²⁷. Voltando a meu exemplo, a pessoa a respeito de quem adquirir a informação de que ela é professora da UFRJ num determinado contexto desempenha, além do papel de pessoa com quem estou falando (caráter linguístico de 'você') ou de

²⁶ Perry (1997: 368) sublinha que crenças singulares desligadas só podem se tornar *úteis* uma vez juntadas a outras crenças singulares ligadas.

²⁷ Cf. Perry (1997: 362).

pessoa de quem estou falando (caráter linguístico de ‘ela’), o papel cognitivo de pessoa *vista* (‘ela’) ou de pessoa *lembrada* (‘ela’, acompanhado pela flexão verbal no tempo passado) com relação à crença particular adquirida. Vale notar que, apesar do caráter doxástico sob o qual a crença singular foi adquirida ser *fixo*, pois insensível a mudanças contextuais, ele pode ser atualizado no decorrer do tempo dependendo do tipo de atividade cognitiva envolvida: recordação, atualização, etc²⁸. O importante é que, mesmo assim, o objeto nunca deixa de desempenhar o papel cognitivo fixo de *fonte* da crença.

Conforme observado por Perry (1997: 370), jogos como os de recordação e de inferência, podem ser jogados embora o sujeito esteja epistêmica e pragmaticamente ligado ao objeto referido. O ponto de tais jogos, contudo, é que podem ainda ser jogados enquanto o sujeito *não estiver mais ligado* ao objeto referido. Nesse caso, o papel das crenças singulares desligadas (adquiridas sob caracteres fixos) é justamente possibilitar a aplicação à fonte das mesmas em novos contextos, sob a condição do sujeito voltar a estar em contato epistêmico direto com ela. Caso os indexicais sejam temporais, uma rota alternativa para crenças desligadas seria proporcionada por nosso sistema social convencional de datas (*e.g.* nossos calendários).

Em que medida isso pode ajudar a resolver o problema posto por sujeitos como Rip? Perry proporciona uma alternativa à resposta de Kaplan e de Evans nos moldes da teoria acima esboçada. Lembrando, o que tinha levado Kaplan a duvidar da sua própria solução nos moldes de uma teoria de dois componentes era a incapacidade de Rip de acertar no caráter no dia em que acordou. Ao usar no dia em que acorda o caráter normalmente associado a ‘ontem’, Rip acaba se referindo ao dia anterior ao dia em que acordou e não ao dia em que adormeceu – a saber, vinte anos antes. Evans, por outro lado, apela a tal fato para negar que tenha havido alguma retenção da crença original, uma vez que Rip perdeu a noção do tempo necessária para realizar os ajustes apropriados. Para Perry, os exemplos acima apontam em direção de uma possibilidade não contemplada por Kaplan e Evans: a de que a crença indexical original tenha sido retida sob caracteres doxásticos diferentes dos caracteres (inapropriados) disponíveis para Rip no dia em que acordou. Os chamados ‘caracteres de reposi-

²⁸ Cf. Perry 1997: 369-70.

ção (*back-up characters*)' são mesmo os sob os quais a crença adquirida por Rip no dia em que adormeceu foi retida no dia em que acordou e tentou atualizar o indexical de forma errada. O fato dele ter errado no ajuste não impede a crença original de ter sido preservada de *alguma* forma, a saber, de acordo com Perry, sob caracteres doxásticos fixos como *o dia lembrado* ou *o dia em que a crença foi adquirida*.

Apesar de proporcionar uma possível alternativa à aporia de Kaplan e à tentativa, a meu ver, mal sucedida de Evans de resolver o problema, a proposta de Perry também não é plenamente satisfatória. Lembre que o problema posto por Kaplan dizia respeito à retenção em novos contextos de crenças (e demais atitudes) particulares não somente *expressas* por sentenças indexicais, mas também voltadas para *conteúdos* indexicais, ou seja conteúdos cuja identidade muda com o contexto de proferimento. A solução de Perry não resolve o problema como está ou o resolve apenas sob a condição de mudar os termos em que tinha sido colocado por Kaplan – termos normalmente aceitos por quem tenta resolvê-lo. Pois tal solução requer que a crença original expressa pela ocorrência (na sentença) de termos cujo caráter linguístico *não é fixo* – na terminologia do artigo, 'frívolo (*fligthy*)' – seja adquirida e retida sob caracteres doxásticos *fixos* ('leais'). Por exemplo, ao demonstrativo 'ela', usado para apontar para a pessoa encontrada na festa, seria associado um modo de apresentação linguístico não fixo (*e.g.* o indivíduo saliente de sexo feminino). No entanto, o modo de apresentação psicológico sob o qual a crença foi adquirida e retida (*e.g.* o indivíduo lembrado ou fonte da crença) seria outro, pois não sujeito a alterações contextuais. Quer dizer que ao menos parte da crença – especificamente, seu componente psicológico, essencial à explicação da sua força motivacional – precisa se tornar insensível ao contexto, logo não indexical ou 'eterno', para ser retido além do contexto de proferimento inicial. Para uma teoria visando resolver o problema do modo como tinha sido colocado por Kaplan, o resultado é paradoxal: só consegue resolver alterando a formulação original; ou seja, negando a natureza indexical da própria crença retida. Sendo o problema da dinâmica cognitiva um problema que diz respeito à retenção e mudança de crença (e demais atitudes) *indexical(is)* no espaço e no tempo, tal solução é insatisfatória, pois ameaça a integridade do problema.

6 Conclusão

Das tentativas de resolver o problema da dinâmica cognitiva revisadas acima, nenhuma pode ser considerada plenamente satisfatória. Nem a proposta de Perry (1997), apesar do seu forte potencial para acomodar todos os fatos (semânticos, epistêmicos, cognitivos) aí envolvidos. Isso porque toda estratégia enfrenta um dilema que pode ser formulado do modo a seguir. Ou nega-se a natureza indexical do conteúdo expresso pelos proferimentos de sentenças indexicais – alternativamente, das atitudes ou episódios mentais que visam tal conteúdo, logo não há problema a ser resolvido ou, então, assume-se a natureza indexical do conteúdo e/ou das próprias atitudes (dos episódios mentais), mas fica difícil resolver o problema sem alterar a formulação original. Até hoje, nenhuma proposta teórica relevante para a resolução do problema tem conseguido superar o dilema.

Ludovic Soutif
PUC-Rio/CNPq

Referências

- Branquinho, J. 1999. The Problem of Cognitive Dynamics. *Grazer Philosophische Studien* 56: 29-56.
- Dokic, J. 1996. The Dynamics of Deictic Thoughts. *Philosophical Studies* 2(2): 179-204.
- Dokic, J. (Ed.). 1997. *European Review of Philosophy, Vol. 2: Cognitive Dynamics*. Stanford, California: CSLI Publications.
- Dokic, J. 2001. *L'esprit en mouvement: Essai sur la dynamique cognitive*. Stanford, California: CSLI Publications/Éditions CSLI.
- Evans, G. 1981. Understanding Demonstratives. In *Meaning and Understanding*, ed. by H. Parret & J. Bouveresse. Berlin, New York: De Gruyter.
- Evans, G. 1982. *The Varieties of Reference* (J. McDowell Ed.). Oxford: Clarendon Press.
- Ezcurdia, M. 1997. Dynamic and Coherent Thoughts. In *European Review of Philosophy, Vol. 2: Cognitive Dynamics*, ed. by J. Dokic. Stanford, California: CSLI Publications.
- Forrest, P. 1986. *The Dynamics of Belief: A Normative Logic*. Oxford, New York: Basil Blackwell.
- Frege, G. 1892. Über Sinn und Bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie Und Philosophische Kritik* 100(1): 25-50, 2009.
- Frege, G. 1918-1919. O pensamento. Uma investigação lógica. In *Investigações lógicas*, ed. by P. Alcoforado. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2002.
- Frege, G. 2002. *Investigações lógicas* (P. Alcoforado Ed.). Porto Alegre: EDI-PUCRS.
- Frege, G. 2009. *Lógica e filosofia da linguagem* (P. Alcoforado Ed.). São Paulo: Edusp.

- Higginbotham, J., & Segal, G. 1994. Priorities in the Philosophy of Thought. *Aristotelian Society Supplementary Volume* LXVIII: 85-130.
- Kaplan, D. 1989. Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals. In *Themes from Kaplan*, ed. by J. Almog, J. Perry, & H. Wettstein. New York, Oxford: Oxford University Press.
- Luntley, M. 1997. Dynamic Thoughts and Empty Minds. In *European Review of Philosophy, Vol. 2: Cognitive Dynamics*, ed. by J. Dokic. Stanford, California: CSLI Publications.
- Pendlebury, M. 1980. *Believing*. (Ph.D.), Indiana University.
- Pendlebury, M. 1982. Indexical Reference and the Ontology of Belief. *South African Journal of Philosophy* 1: 65-74.
- Perry, J. 1979. The Problem of the Essential Indexical. *Noûs* 13(December): 3-21, 2000.
- Perry, J. 1980a. Belief and Acceptance. *Midwest Studies in Philosophy* 5: 533-542, 2000.
- Perry, J. 1980b. A Problem About Continued Belief. *Pacific Philosophical Quarterly* 61: 317-332, 2000.
- Perry, J. 1986. Perception, Action, and the Structure of Believing. In *Philosophical Grounds of Rationality: Intentions, Categories, Ends*, ed. by R. E. Grandy & R. Warner. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- Perry, J. 1997. Rip Van Winkle and Other Characters. In *European Review of Philosophy, Vol. 2: Cognitive Dynamics*, ed. by J. Dokic. Stanford, California: CSLI Publications, 2000.
- Perry, J. 2000. *The Problem of the Essential Indexical and Other Essays* (Expanded Edition). Stanford, California: CSLI Publications.
- Prosser, S. 2005. Cognitive Dynamics and Indexicals. *Mind and Language* 20(4): 369-391.
- Recanati, F. 1993. *Direct Reference: From Language to Thought*. Blackwell.
- Recanati, F. 1997. The Dynamics of Situations. In *European Review of Philosophy, Vol. 2: Cognitive Dynamics*, ed. by J. Dokic. Stanford, California: CSLI Publications.
- Ruffino, M. 2007. Fregean Propositions, Belief Preservation, and Cognitive Value. *Grazer Philosophische Studien* 75(1): 217-236.
- Ruffino, M. Indexicais. *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica* (2014). João Branquinho e Ricardo Santos (eds.). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.